

## **Estigma: um desafio ético para a consolidação das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil**

**Fernandes, Sarah Abdon Lacerda**<sup>1</sup>

Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética do Centro Universitário Newton Paiva – GEPBio. e-mail para: [sarahabdon@hotmail.com](mailto:sarahabdon@hotmail.com)<sup>1</sup>

**Costa, Thaís Albuquerque da**

*Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética do Centro Universitário Newton Paiva – GEPBio.*

**Reis, Bianca Izabella Carvalho dos**

*Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética do Centro Universitário Newton Paiva – GEPBio.*

**Sarsur, Marcelo**

*Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética do Centro Universitário Newton Paiva – GEPBio.*

**Dadalto, Lucina**

*Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética do Centro Universitário Newton Paiva – GEPBio.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Discriminação, políticas públicas, HIV.

Desde 1982, quando os primeiros casos de SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) surgiram no Brasil, foram atribuídas, cientificamente e socialmente, diversas características aos portadores do HIV. Inicialmente, essa foi uma consequência natural, afinal, tratava-se de uma doença desconhecida, incurável, disseminada mundialmente, famosa por causar a morte de diversas pessoas e sem controle, o que a colaborava para a reprodução dos estigmas. Sabe-se que o Brasil possui uma das melhores respostas públicas à epidemia do HIV no mundo e recebe apoio de diversos países, entidades e organismos internacionais., entretanto, dados do Relatório de Monitoramento Clínico do HIV realizado em 2016 demonstra que o estigma continua presente na sociedade brasileira: em 2016, eram cerca de 830.000 pessoas vivendo com o vírus no país, destes, somente 60% buscavam acesso ao tratamento antirretroviral. Nesse contexto, o presente trabalho de bioética social, por meio de pesquisa teórica de natureza exploratória com levantamento bibliográfico e documental, busca confrontar o estigma com as legislações e políticas públicas de combate e prevenção do HIV no Brasil. Já se passaram mais de trinta e cinco anos desde os primeiros casos e nesse tempo foram criadas diversas políticas públicas, entre elas está a política

de acesso ao tratamento integral gratuito, a de assistência, a do diagnóstico adequado, a do direito ao sigilo e a da prevenção ao HIV. Houveram ainda, legislações de direito à Previdência social e de criminalização a discriminação, além do crescimento intenso dos movimentos sociais, ONGs e grupos de apoio. No entanto, mesmo após a criminalização da discriminação das pessoas com HIV, com a lei 12.984 de 2014, o estigma continua atingindo diversos pacientes que, por medo de julgamento, por sentimento de culpa, por medo da falta de aceitação social, não procuram tratamento. Dessa forma, diante da análise crítica desses problemas que as leis e políticas públicas atuais ainda não resolvem, deve-se pensar em intervenções psicossociais e psicoeducativas mais específicas e eficazes nos diversos ambientes sociais para aumentar a informação sobre o tema e diminuir o preconceito, pois só assim será possível garantir aos portadores de HIV uma vida digna.

**AGRADECIMENTOS.** Agradecemos a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, mesmo com toda a dificuldade encontrada para produção acadêmica científica nesse país. Em especial aos Coordenadores do GEPBio, por acreditarem no nosso potencial.

### **REFERÊNCIAS:**

- [1] BRASIL. Lei n. 9313, de 13 de Novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS
- [2] BRASIL. Lei n. 12.984, de 2 de Julho de 2014. Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids.
- [3] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório de Monitoramento Clínico do HIV, Brasília, 2017.
- [4] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Direitos humanos e HIV/aids: Avanços e perspectivas para o enfrentamento da epidemia no Brasil, Brasília, 2008.
- [5] ZUCCHI, Eliana Miura; PAIVA, Vera Silvia Facciolla; JUNIOR, Ivan França, Intervenções para Reduzir o Estigma da Aids no Brasil: Uma Revisão Crítica. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1067-1087, dezembro, 2013.